



4º Congresso de Responsabilidade Socioambiental da FSG

<http://ojs.fsg.br/index.php/rpsic/index>



PROPOSTA DE REURBANIZAÇÃO PARA O BAIRRO PRIMEIRO DE MAIO, CAXIAS DO SUL, RS

Luísa Gasparetto Bazzi^a, Daniela Chiarello Fastofski^{a*}

a) Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário da Serra Gaúcha, Caxias do Sul, RS.

Informações de Submissão

*Daniela Chiarello Fastofski, endereço: Rua Marechal Floriano, 1229. Caxias do Sul – RS. CEP: 95020-371.
E-mail: luisabazzi@hotmail.com

Palavras-chave:

Sustentabilidade urbana. Políticas públicas. Reurbanização. Requalificação urbana. Favelas.

Resumo

O presente artigo refere-se ao desenvolvimento de um partido urbanístico para a requalificação do Bairro Primeiro de Maio, em Caxias do Sul, RS. Pesquisou-se sobre os assentamentos subnormais, suas características e os direitos legais que dos moradores. Através da análise de referenciais urbanísticos, identificaram-se estratégias a serem usadas de acordo com a necessidade local, com método qualitativo e exploratório. Ao final da pesquisa, tem-se como princípio a reurbanização sustentável e a integração da gleba com a cidade, resultando no pertencimento do cidadão ante à sociedade, já que muitas vezes estes se sentem excluídos social e espacialmente. Além de proporcionar conforto e qualidade de vida aos moradores, se pretende como resultado desta proposta o melhor convívio entre a comunidade e a cidade.

1 INTRODUÇÃO

As cidades brasileiras assinalam a presença de precários loteamentos informais, onde se encontram moradias ocupadas por uma população de menor renda, em locais sem a infraestrutura adequada e condições de habitabilidade. Por vezes, depara-se ainda com os riscos ambientais, que envolvem problemas dados por alagamentos e deslizamentos, por tais ocupações se darem em áreas de preservação, mesmo pela falta de condições de enfrentamento deste segmento da população à realidade do mercado imobiliário formal. De acordo com os dados do censo IBGE (2010), haveria um total de 28.167 pessoas vivendo em áreas irregulares em Caxias do Sul.

Esse artigo apresenta um estudo de caso referente a um assentamento irregular localizado em Caxias do Sul, RS, denominado Primeiro de Maio, este o único na região central da cidade para

o qual ainda não foi elaborada proposta de regularização e requalificação. Atualmente esse território se encontra em processo judicial e até que não seja instituída a sentença em definitivo a área não pode ser regularizada e nem se poderá intervir mais sobre a mesma.

Identificou-se, então, a necessidade de um olhar crítico, dada a importância de uma proposta de reurbanização para que o município possa proporcionar o direito à moradia e a qualidade de vida aos moradores, a partir de critérios de sustentabilidade social e urbana e onde se possa promover a integração sócioespacial com o restante da cidade. Hoje os moradores estão aflitos por não saberem como será feita a regularização quando concluído o processo. No entanto, refletindo a possibilidade de serem removidos, não investem em suas moradias, o que as torna cada vez mais precárias.

O presente trabalho propõe a reurbanização sustentável do Bairro Primeiro de Maio, a partir de uma análise qualitativa e exploratória do local. Para tanto, foram abordadas questões teóricas relativas a sustentabilidade urbana, assentamentos subnormais, direito urbanístico, regularização fundiária, remoções e realocações. Com base na pesquisa, foi elaborada proposta de reurbanização da gleba, e por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Apresenta-se na sequência a base teórica necessária ao entendimento das questões relativas à compreensão do objeto de estudo, que se trata de ocupação informal localizada na região central de Caxias do Sul, RS, bem como de aspectos importantes na tomada de decisões quanto a intervenções a serem propostas para o local.

2.1 Sustentabilidade urbana

A qualidade de vida urbana refere-se ao bem-estar e conforto da população inserida em uma área, proporcionando ambientes confortáveis, saudáveis e seguros. Atualmente é um desafio para as cidades possibilitar esta a seus moradores, dado o excessivo crescimento urbano. De acordo com Nahas (2006), a qualidade de vida urbana é a estreita relação entre a medição da oferta de serviços e recursos urbanos e a medição do efetivo acesso da população às dimensões de cidadania. Vê-se que a qualidade de vida urbana se relaciona a várias questões, descritas na sequência conforme o autor.

- Sociais: referem-se ao perfil do público local, considerando-se a forma como a população se sente integrada à cidade e a presença de serviços de suporte e desenvolvimento econômico, gerando emprego e renda. Ante a realidade de assentamentos subnormais, os fatores que mais auxiliam o aumento da qualidade de vida são o acesso à educação, à saúde e às ações sociais.

- Habitabilidade: observados os aspectos físicos da moradia como materialidade, estrutura, condições de conforto dadas por ventilação e insolação, metragem e a quantidade de moradores por domicílio, além da localização, se localizadas ou não em áreas de alagamentos e deslizamentos.

- Infraestrutura: em Mendonça (2006), esta se refere ao conjunto de redes e de serviços que compõem a moradia além da própria edificação - saneamento básico, drenagem, coleta e disposição de resíduos, energia elétrica, telefonia e telecomunicação.

- Jurídicas: expõe à legalidade da posse da terra, se possuem documentação de suas moradias e se inseridos no mercado formal.

- Ambientais: refere-se à poluição do solo urbano, se existe limpeza urbana com a coleta do lixo doméstico abrangendo a varrição e capinação, além da poluição sonora e do ar.

- Mobilidade urbana: destaca-se a mobilidade sustentável, priorizando pedestre e transporte coletivo, onde se devem proporcionar espaços específicos ao meio de transporte usado, com boas condições de pavimentação e sinalização e mobiliários urbanos de apoio e acessibilidade universal.

- Uso do solo: diz respeito à diversidade de usos - comerciais, residenciais e de serviços, que atendam às necessidades da população.

- Equipamentos públicos e culturais: são as áreas de lazer, de prática esportiva, de convívio e descanso, incluindo praças, áreas verdes, calçadões, centros esportivos. Os equipamentos culturais se voltam a programas governamentais e manifestações culturais e de identidade local.

Vistos estes condicionantes, é fundamental que todos os assentamentos os atendam de forma positiva, para o conforto e bem-estar da população, resguardada a sustentabilidade dos espaços, os princípios da vida, biodiversidade e cultura, mantendo uma integração sócioespacial com a cidade.

2.2 Assentamentos subnormais

Os loteamentos irregulares são os que têm planos de loteamento aprovados pela prefeitura, mas não foram executados conforme estes. Os regulares os que, aprovados pelo poder público, têm registro imobiliário, matrícula e lotes em nomes dos proprietários. Os assentamentos subnormais são ocupações irregulares ou clandestinas frequentemente localizadas em áreas de risco, públicas ou privadas, ocupadas de forma espontânea, sem delimitações de lote e com carência de infraestrutura. Caracterizam-se pelas habitações de baixa renda, em situação fundiária ilegal (VICENTE; RAMOS, 2015).

Por essa razão, são escassas a infraestrutura urbana e os serviços, com saneamento básico precário, vias e caminhos em má conservação e por vezes sem iluminação. As edificações seguem implantadas uma ao lado da outra, abrigando as famílias em ambientes pequenos e úmidos, com

pouca ventilação e iluminação e em alguns casos com problemas estruturais. Esses fatores levam à insalubridade, associada à vulnerabilidade social (BUENO, 2019).

A população que reside nesses locais convive com o sentimento de exclusão da sociedade, tanto em questões espaciais como sociais, mesmo pela discriminação em razão de normalmente serem citados em notícias sobre tráfico, crime, violência, sugerindo que este é o único público do local. Entretanto, essa é uma pequena parcela dos moradores, em sua maioria trabalhadores tanto do mercado formal como do informal (SOUZA, 2001).

Por fim, tais loteamentos geralmente fortalecem o mercado imobiliário paralelo, com valores inferiores de comercialização dos imóveis, por não terem boas condições de habitabilidade e o registro do imóvel. O comprador não terá a escritura do seu bem, pois o lote não pode ser registrado no poder municipal. Com isso, muitas vezes o valor recebido pelo imóvel não cobre os custos que foram gastos para a execução da edificação (SOUZA, 2001).

2.3 Início dos assentamentos irregulares em Caxias do Sul

A cidade de Caxias do Sul, RS, teve sua ocupação a partir de 1880, através da colonização por imigrantes italianos. Os colonizadores italianos substituíram neste país o trabalho escravo pelo livre, em pequenas propriedades, com mão de obra branca e familiar, e uma produção diversa que abastecia o mercado interno. No início do século XX o meio rural era representado pelo agricultor e o urbano pelo artesão, pelos comerciantes e pelos operários - metalúrgicos (MACHADO, 2001).

Segundo Giron (1977), a partir da década de 1920 a produção agrícola cede espaço para o setor industrial na cidade, havendo um grande fluxo migratório em busca de trabalho. O repentino crescimento da população levou ao direcionamento desses migrantes às periferias, em locais com pouca ou nenhuma política pública, mas acessíveis economicamente para aquisição e construção das moradias.

A partir do Código Administrativo do Município de Caxias do Sul, de 1920, se proibiu a construção de prédios em madeira na zona central da cidade, o que favoreceu a divisão espacial da população. Os habitantes de baixa renda passam a adquirir lotes na periferia, onde se pode construir as moradias com materiais de baixo custo e de qualquer modo, pela ausência de exigências. Na zona central se estabeleceram os habitantes de maior poder aquisitivo (MACHADO, 2001).

Em meados de 1940 a BR116 proporcionou a conexão de Caxias do Sul com o restante do país, acarretando no maior número de pessoas vindas para a cidade, resultando no surgimento dos primeiros assentamentos subnormais, Euzébio Beltrão de Queiróz e o Complexo Jardelino Ramos. O setor industrial cresce e a migração acompanhou esse aumento, junto à expansão desordenada da

cidade (MACHADO, 2001).

2.4 Regularização fundiária

A regularização fundiária é prevista pelo Estatuto da Cidade (EC), Lei 10.257/01 e pode ser definida como um processo de intervenção pública o qual busca tornar adequada a ocupação da população que mora em desconformidade com a lei. Conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e a titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia. (BRASIL, 2008).

Ainda segundo o EC (BRASIL, 2008), a regularização fundiária de interesse social se aplica em assentamentos irregulares ocupados por moradores de baixa renda, em que se deseja garantir seu direito à moradia digna. Para tal, são praticadas ações por meio de instrumentos específicos, como a definição de Zonas de Interesse Social (ZEIS) e o usucapião, através de programas municipais de urbanização e regularização.

2.5 Remoções e relocações

A partir da regularização fundiária e da reurbanização dos assentamentos subnormais, em alguns casos se faz necessária a remoção de moradias, por localização em áreas de risco, por riscos estruturais ou pela necessidade de obras de infraestrutura. Ainda, entendendo-se a verificação da adequação da moradia, há critérios que auxiliam no entendimento de sua adequação ou não.

No United Nations (1991), no comitê das Nações Unidas sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, elenca os seguintes tópicos para que uma moradia seja adequada:

- Segurança da posse: não adequada se os ocupantes não têm segurança de posse que garanta a proteção legal contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças.

- Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura: não adequada se os ocupantes não têm água potável, saneamento, energia, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo.

- Economicidade: não adequada se o seu custo ameaça ou compromete o exercício de outros direitos humanos dos ocupantes.

- Habitabilidade: não adequada se não garantir segurança física e estrutural proporcionando espaço adequado, proteção ao frio, umidade, calor, chuva, vento e outras ameaças à saúde.

- Acessibilidade: não adequada se as necessidades específicas dos grupos desfavorecidos e marginalizados não são consideradas.

- Localização: não adequada se isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde,

escolas, creches e outras instalações sociais ou se localizada em áreas poluídas ou perigosas.

- Adequação cultural: não adequada se não respeitar e observar a expressão da identidade cultural local.

Quando necessárias as remoções, procura-se reassentar as famílias em área da gleba. Se isso não é possível, procuram-se áreas do entorno imediato preferencialmente públicas para relocação, se respeitando a história e a cultura da comunidade. Até que as moradias novas sejam entregues, há a possibilidade de auxílio com a bolsa aluguel e moradias temporárias, como apoio emergencial.

3 METODOLOGIA

Para este trabalho foi utilizado o método qualitativo, que foca no caráter subjetivo do objeto analisado, apresentando os dados narrativos dos órgãos públicos, de profissionais da área com o conhecimento sobre o caso e moradores do local (VICENTE; RAMOS, 2015).

Aplicou-se também o método exploratório, com o intuito de se entender as necessidades e conceitos que envolvam, além do levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, diagnóstico e análises de referências para que seja possível a clareza do tema proposto.

A partir dos métodos qualitativo e exploratório, foi realizada a revisão bibliográfica. Foram realizadas pesquisas de campo com a população do local de estudo para entender a percepção desta sobre o mesmo. Por fim, foram exploradas as análises da morfologia urbana sobre o tecido urbano, diagnosticando a área, para maior precisão na proposição de um partido urbanístico.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo trata dos resultados obtidos a partir da análise do Bairro Primeiro de Maio, o que determinou a elaboração do partido urbanístico.

4.1. Contexto do Bairro Primeiro de Maio

A área de estudo se localiza entre os Bairros Madureira e Jardim América, conhecida como Primeiro de Maio, conforme Figura 1. Hoje o assentamento é foco de processo judicial, é até que este não seja finalizado, a área não pode ser regularizada e urbanizada. A reurbanização é necessária pela ausência de qualidade em infraestruturas como saneamento e estruturas viárias. No local não há risco de deslizamento ou alagamento, mas moradias precárias com problemas estruturais.



Figura 1: Localização do Primeiro de Maio
Fonte: autoras (2021)

O início da ocupação se deu no dia 1º de maio de 1977. A gleba tem 62.730,00 m², em torno de 600 moradias e 3000 habitantes, com média de 4 a 5 pessoas por domicílio. Em entrevista com os moradores, comentam estes que a origem predominante da comunidade é a Região dos Campos de Cima da Serra. A maioria trabalha como domésticas, metalúrgicos e catadores de recicláveis. O bairro realiza ações sociais no Centro Comunitário, os moradores participam do troca solidária e do catador legal apoiados pela Codeca, e há um centro de reciclagem. A Figura 2 apresenta uma linha do tempo com a história local. Na Figura 3 se percebe a evolução urbana na gleba de estudo. E na Figura 4 se traz levantamento fotográfico, vistas a falta de infraestrutura e algumas subhabitações.

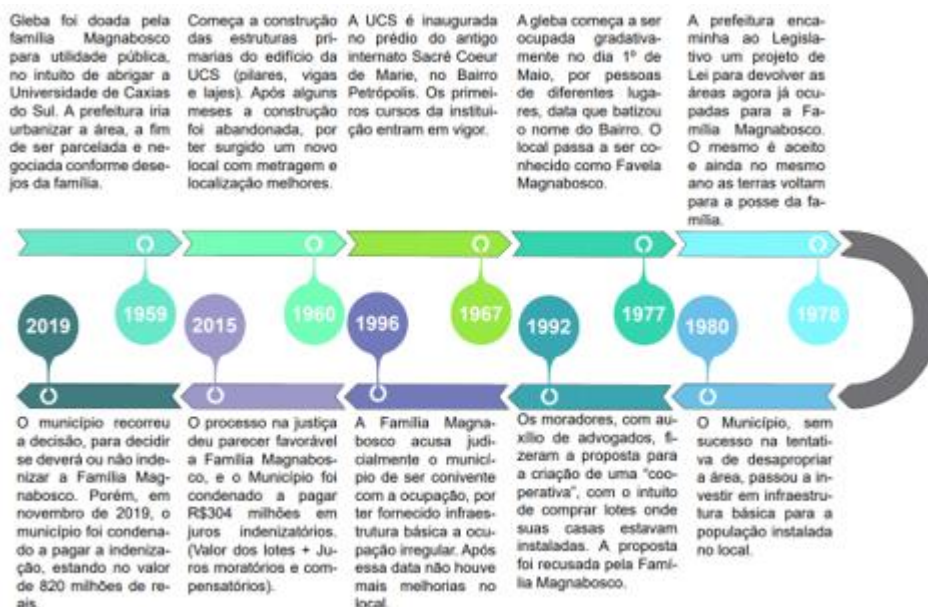


Figura 2: Linha do tempo com o histórico do local
Fonte: Arquivo Histórico (2020)

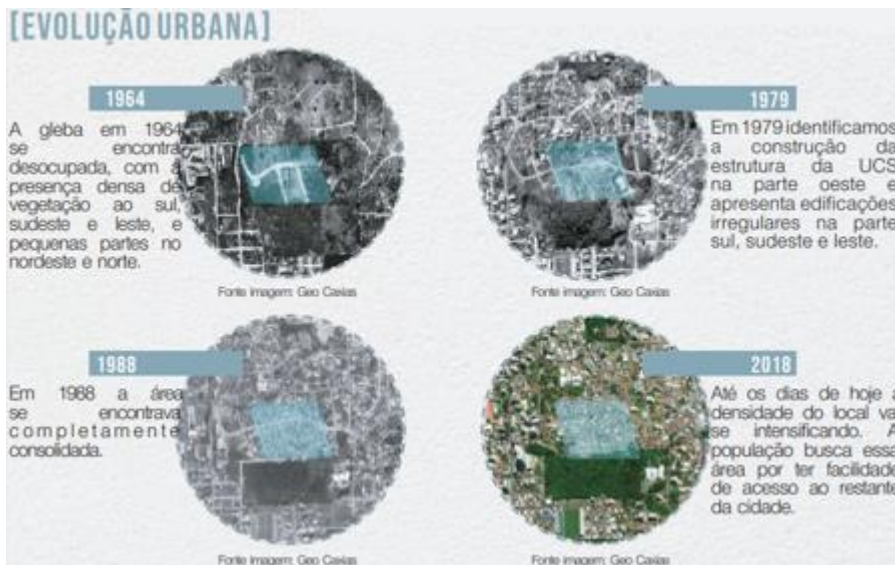


Figura 3: Evolução Urbana do local
Fonte: Geo Caxias adaptado pelas autoras (2020)



Figura 4: Levantamento Fotográfico do local
Fonte: autoras (2020)

4.2 Diagnóstico da área

Através de diagnóstico local com análises física-ambiental, morfológica, da estrutura ativa, condicionantes legais, características socioeconômicas e pela percepção dos moradores em questões urbanísticas e arquitetônicas obtidas em visita ao bairro, se obtiveram alguns dados relevantes. Foi possível identificar a falta de infraestrutura, as condições precárias de habitabilidade e problemas sociais relacionados ao tráfico de drogas e à criminalidade. Estes moradores, contudo, se sentem

discriminados. Também se pode constatar que a gleba tem conflitos com o entorno. Na região sul há o Parque Mato Sartori que se impõe como uma barreira física, a Leste e a Norte as edificações vizinhas são residências unifamiliares e a Oeste há prédios de alto padrão econômico.

A área apresenta uma via principal que a interliga ao restante da cidade e vias locais que distribuem o fluxo interno ao bairro. Os passeios e vias devem ser revistos visando à acessibilidade universal. O lugar tem vitalidade pelo convívio dos moradores, porém não dispõe de área de lazer. O bairro é atendido adequadamente pelo entorno quanto a equipamentos públicos.

4.3 Partido Urbanístico

Através da análise do diagnóstico da área foi possível se observar as potencialidades e as fraquezas do local, gerando-se uma matriz FOFA, vista na Figura 5, direcionando-se à tomada de decisões de partido da reurbanização do local.

FORÇAS F01 - Localização central. F02 - Facilidade de acessos. F03 - Traçado das principais ruas se conecta com o entorno. F04 - Pouca verticalização. F05 - Topografia mínima.	OPORTUNIDADES OP1 - Possibilidade de implantação de novos usos. OP2 - Otimização do solo. OP3 - Melhorar qualidade de vida. OP4 - Geração de empregos.
FRAQUEZAS FR1 - Falta de infraestrutura no bairro. FR2 - Falta de espaços de convívio. FR3 - Pouca vegetação. FR4 - Barreira física (Parque Mato Sartori). FR5 - Precariedade e baixas condições de habitabilidade em algumas residências. FR6 - Deficiência de insolação e ventilação pelas densidades de ocupação do solo.	AMEAÇAS AM1 - Insegurança devido à precariedade de iluminação nos becos. AM2 - Falta de segurança aos pedestres devido à ausência de calçadas e de faixas de segurança. AM3 - Ações irregulares dentro do bairro que acabam tornando o local inseguro e isso também se dá pela ausência de infraestrutura adequada e áreas públicas que permitam uma qualidade de vida a população.

Figura 5: Matriz FOFA
 Fonte: autoras (2020)

As diretrizes projetuais do partido urbanístico visam à sustentabilidade urbana propiciando maior qualidade de vida aos moradores através do que segue e se encontra na Figura 6.

- 01- Aproveitar a estrutura viária quando possível, se mantendo o desenho das vias principais que definem os limites dos principais quarteirões;
- 02- Qualificação da infraestrutura urbana e dos sistemas de mobilidade;
- 03- Alteração de fluxos em algumas vias, distribuindo-os de modo mais eficiente e conectando melhor o bairro ao entorno;
- 04- Implantação de ciclovia para melhor conexão aos pontos internos do bairro;

- 05- Realocações das famílias que residem em edificações mais precárias ou por readequação viária ou para geração de espaços de ventilação, insolação e aeração;
- 06- Implantação da Habitação de Interesse Social (HIS) em edifícios de uso misto cujo pavimento térreo possa ser utilizado por usos comerciais e serviços;
- 07- Proposta de espaços de convívio, recreação e lazer atendendo a requisitos de qualidade de vida;
- 08- Proposta de novo mobiliário urbano distribuído no espaço urbano de intervenção.

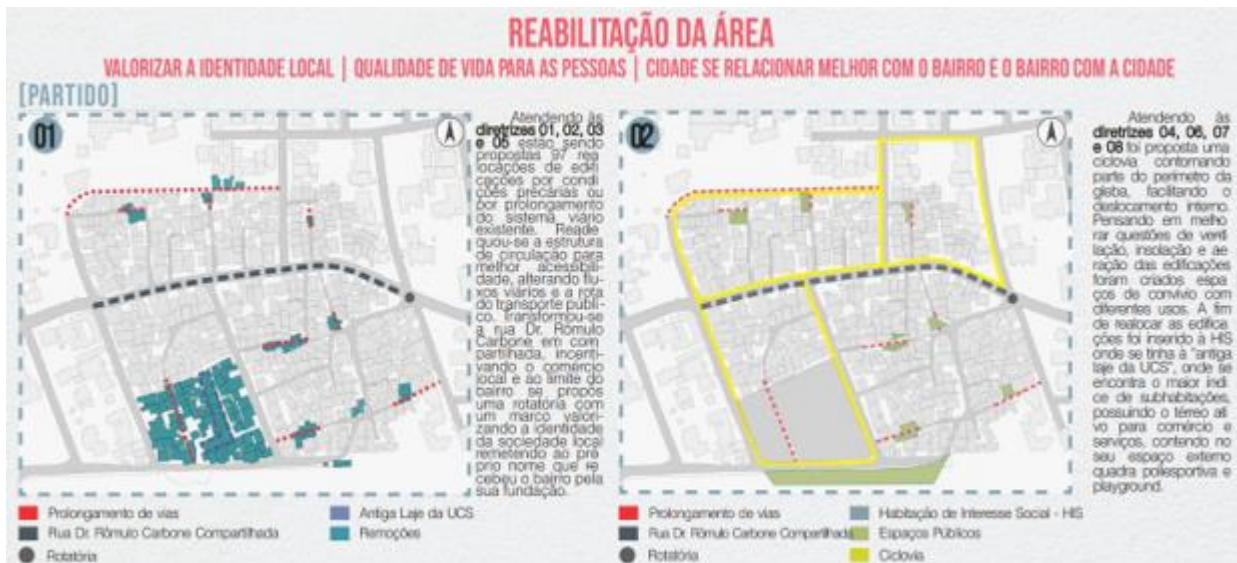


Figura 6: Partido Urbanístico

Fonte: autoras (2020)

O propósito deste projeto é proporcionar aos moradores do local qualidade de vida através da moradia, convivência e lazer e da sustentabilidade econômica, com ambientes confortáveis, saudáveis e seguros, propostos através de quesitos ambientais, de infraestrutura, de habitabilidade, de mobilidade urbana, do uso do solo, de equipamentos públicos e questões sociais. Desta forma, valoriza-se o local criando sensação de pertencimento, fazendo com que se sintam parte da cidade e tenham orgulho em morar no local, se garantindo a integração sócioespacial. Para tal, se propôs a readequação viária, as remoções de subhabitações e de algumas habitações, criando-se espaços de convívio para ventilação e insolação, o que pode se observar no diagrama de necessidades ilustrado na Figura 7. As famílias seriam relocadas em um conjunto habitacional ali proposto.

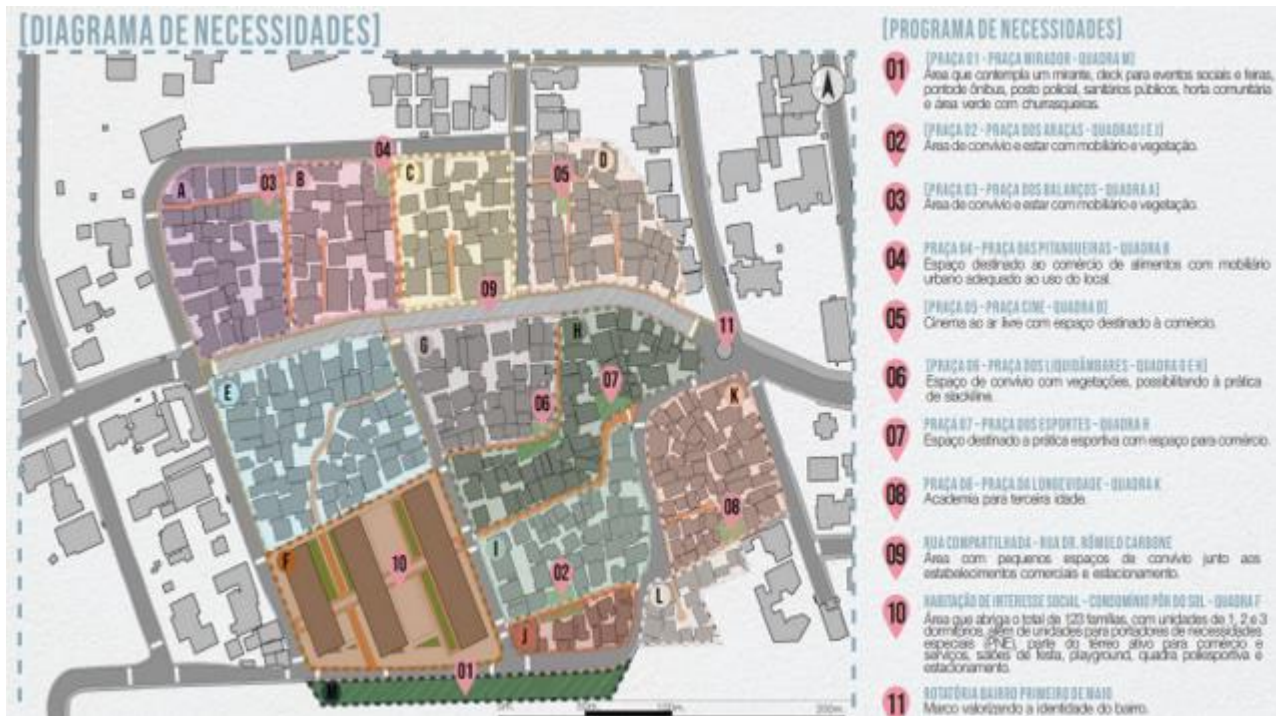


Figura 7: Diagrama e programa de necessidades
Fonte: autoras (2020)

4.4 Reurbanização do Bairro Primeiro de Maio

4.4.1. Mobilidade Urbana

Para facilitar o deslocamento das pessoas garantindo acessibilidade, segurança, eficiência, qualidade de vida e sustentabilidade se estabeleceram as readequações viárias. Foram propostas a readequação de calçadas com piso podotátil e rampas para a acessibilidade. Algumas vias foram abertas para acesso às moradias, bem como se deu continuidade à hierarquia viária do local. As vias foram classificadas em peatonais, compartilhadas e ruas, possuindo um tratamento diferenciado de piso sustentáveis para cada tipologia de via. Além disso, foi implantada uma ciclovia.

Em algumas vias de menor largura se optou pelo fluxo de veículos em apenas um sentido, priorizando o que permitisse maior eficiência na acessibilidade do bairro a partir do entorno. Para o transporte público foi readequado o trajeto, passando este na Rua Dr. Rômulo Carbone, conforme Figura 8, e ao sul da gleba, com paradas ao início e ao fim da rua compartilhada e na parte sul junto à Praça 01 - Praça Mirador.



Figura 8: parada de ônibus junto à Rua Dr. Rômulo Carbone
Fonte: autoras (2020)

4.4.2 Espaços Públicos

4.4.2.1 Rua compartilhada – Dr. Rômulo Carbone

A via principal do bairro, Dr. Rômulo Carbone, Figura 9, foi tratada como compartilhada por ter predominância de comércio e serviços locais. O objetivo principal foi a reconsideração dos fluxos, tornando à via com ênfase primordial à acessibilidade dos pedestres, deixando o fluxo de veículos de serviços, segurança e emergência em apenas um sentido, possuindo a faixa elevada para redução da velocidade e à implantação da ciclovia no sentido unidirecional. A via compartilhada faz parte da rota do transporte público, com duas paradas de ônibus. Além disso, se propôs arborização permitindo o sombreamento em sua base, onde há espaços de convívio, abrigando mobiliários, além de espaços destinados a estacionamento. Dessa forma, incentiva-se o comércio local.



Figura 9: Rua compartilhada - Dr. Rômulo Carbone
Fonte: autoras (2020)

4.4.2.2 Rotatória Bairro Primeiro de Maio

Na rotatória localizada na rua principal foi inserido um monumento vinculado à história e cultura, valorizando a identidade dos moradores do bairro, visto na Figura 10. A mão representa a força dos moradores e a ferramenta o trabalho, e neste se tem o nome do bairro com a data de início da ocupação, de modo a preservar a história do local.



Figura 10: Rotatória do Bairro Primeiro de Maio
Fonte: autoras (2020)

4.4.2.3 Praça Mirador

A praça é apresentada na Figura 11, faz frente à HIS proposta e se limita e se conecta com o Parque Mato Sartori. Nela foi proposta um muro colorido com grafites urbanos e paredes verdes, além de um pórtico de acesso permitindo a integração da praça ao parque. O espaço contempla o mirante que gera possibilidades visuais da cidade, servindo como ponto turístico. Um deck serve de apoio à realização dos eventos do bairro, à comercialização de produtos e realização de oficinas. Outro com cachepôs tem como função ser horta comunitária. O local contempla parada de ônibus, bicicletário, sanitários públicos e posto policial. A área com churrasqueiras é apoio à HIS e à comunidade para confraternização, com vegetações para sombreamento e mobiliário adequado.



Figura 11: Praça Mirador
Fonte: autoras (2020)

4.4.2.4 Praça dos Araçás

A área é próxima à HIS e tem como objetivo ser um espaço de convívio para a comunidade, como propiciar melhor insolação e ventilação às moradias próximas. O espaço contempla um deck, com vegetações e mobiliário urbano.

4.4.2.5 Praça dos Balanços

Localizada na quadra A, a área possui um desnível. O local contempla um pergolado com balanços para descanso e convívio da comunidade. Na parte superior do pergolado foi proposta uma vegetação do tipo trepadeira para sombreamento. Além disso, o local apresenta rampas para fins de acessibilidade.

4.4.2.6 Praça das Pitangueiras

Esta área apresenta container com grafites urbanos para a comercialização de alimentos e há vegetações para o sombreamento, contemplando em sua base mobiliários urbanos para o apoio ao comércio inserido no local.

4.4.2.7 Praça Cine

Esta área é o local originalmente de maior desnível topográfico na gleba, sendo proposto um cinema ao ar livre e nesse desnível arquibancadas de concreto in loco com assentos revestidos em madeira de demolição, além de espaço destinado a pessoas com deficiência física (PNE) e container para a comercializar alimentos.

4.4.2.8 Praça dos Liquidambares

Nesta área foi proposta para uma maior insolação e ventilação das moradias próximas, sendo sugerido um espaço livre de encontro para os moradores, com as vegetações e um espaço adequado à prática do slackline.

4.4.2.9 Praça dos Esportes

A área visa à prática esportiva através de pista de skate e muro de escalada, e tem ainda container para a comercialização de artigos esportivos. No local há muros com grafites urbanos e uma área com vegetações possuindo em sua base bancos para descanso.

4.4.2.10 Praça da Longevidade

Inserida em uma via peatonal, a praça contempla a academia ao ar livre para a prática de exercícios, além de bancos para o descanso dos usuários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto no trabalho, os assentamentos irregulares fazem parte da realidade de muitas cidades brasileiras, locais sem infraestrutura, com habitações inadequadas e em muitos casos com riscos aos moradores, sejam estruturais ou ambientais. Ainda, se identificaram questões sociais que afligem a comunidade, que normalmente se sente discriminada por uma sociedade que vê o local apenas na perspectiva da criminalidade e da violência, afetando em muitos casos a empregabilidade dos moradores.

Percebe-se também a discriminação espacial. Por serem estas casas irregulares, não possuem documentação e por vezes se encontram em condições precárias de habitabilidade. Contudo, a partir do estudo de caso abordado do Bairro Primeiro de Maio, em Caxias do Sul, foi possível identificar a importância de um projeto de reurbanização para esses locais, se fazendo necessário para que a população tenha uma moradia e uma vida digna, direitos de todo o cidadão.

Para tanto, foi apresentada proposta de intervenção urbanística que visa à requalificação da área. O propósito do projeto é proporcionar aos moradores locais o direito à moradia e à qualidade de vida, viabilizando-se ambientes adequados a partir de critérios ambientais, de infraestrutura, de habitabilidade, de mobilidade urbana, de uso do solo, de equipamentos públicos e sociais. Com isso, se visa demonstrar a viabilidade de se reconfigurar este espaço urbano, como um representante de tantas realidades a ele similares.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL, Estatuto da Cidade. - 3. ed. - Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BUENO, Laura Machado de Mello. O desafio da universalização do saneamento: Reconhecer na cidade os padrões espaciais regulares e irregulares. **Arquitextos**, São Paulo, p.226-230, mar. 2019. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.226/7308>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

GIRON, L.S. **Caxias do sul: Evolução histórica**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1977. Cap. 3-4.

IBGE. **Universo - Aglomerados Subnormais**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/caxias-do-sul/pesquisa/23/25359>. Acesso em: 26 abr. 2021.

MACHADO, M. A. **Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul 1875/1950**. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 2001. Cap. 1-2.

MENDONÇA, Jupira Gomes de. Planejamento e medição da qualidade de vida urbana. **Cadernos Metrópole**, S.i., v. 12, n. 1, p.1-12, dez. 2006. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/8775/6499>>. Acesso em: 25 out. 2019.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa et al. Metodologia de construção do índice de qualidade de vida urbana dos municípios brasileiros (iqvu-br). **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambú, p.1-20, 2006. Disponível em: <<http://www.ernestoamaral.com/docs/indsoc-122/biblio/Nahas2006b.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2019.

SOUZA, Angela Gordilho. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras: (Re)Qualificando a questão para Salvador - BA. **Cadernos Metrópole**, S.i., p.64-89, jan. 2001. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/metropole/article/viewFile/9297/6901>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

VICENTE, Victor Manuel Barbosa; RAMOS, Angelita Messias. LOTEAMENTOS IRREGULARES E CLANDESTINOS E SUAS REPERCUSSÕES AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE PALMAS – TO. **Educação Ambiental em Ação**. Ituitaba. 12 mar. 2015. Disponível em: <https://revistaea.org/artigo.php?idartigo=2003>. Acesso em: 26 abr. 2021.